

A educação-formação e o desenvolvimento local no tempo em que o local é global e o global é local

Joaquim Azevedo

Comunicação apresentada em Amarante, em 21 de Abril de 1998, na sessão de lançamento da “Manifesta 98”, a convite da ANIMAR.

Foi com um inconfessado gosto que aceitei o convite para vir até Amarante cooperar no lançamento da Manifesta'98, apresentando uma breve reflexão sobre o desenvolvimento local, a educação e a formação. Não se estranhará que tenha seleccionado esta faceta específica para desenvolver a minha breve comunicação, pois é em torno dela que tenho investido mais pessoal e profissionalmente. Mas não é apenas por esta razão que escolhi tratar esta relação entre a educação-formação-qualificação e o desenvolvimento local.

De facto, educar, em termos escolares, será desencadear no ser humano todo o seu potencial de protagonismo no processo do seu próprio desenvolvimento e no processo de desenvolvimento social, ele que é o último destinatário e a medida de qualquer processo de desenvolvimento. A educação escolar, assim entendida, como o contributo social actualmente mais poderoso em ordem à realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser (Unesco, 1996:78), constitui um imprescindível sustentáculo do desenvolvimento social.

É com este pressuposto geral que estructurei a minha reflexão em torno de três ideias elementares, a saber:

Primeira: a educação-formação-qualificação desempenham uma função crucial nas dinâmicas de desenvolvimento local, mas não devem ser vistas como o seu "*motor*".

Segunda: a participação da educação-formação-qualificação no desenvolvimento local não é uma questão de âmbito local é antes de mais mundial e nacional.

Terceira: a educação-formação-qualificação podem favorecer um tipo de desenvolvimento local aberto ao mundial e ao global.

Primeira Reflexão:

Muitas vezes, ao referirmos a importância dos factores educação-formação-qualificação no desenvolvimento local, fazemos uso da expressão “*a educação é o motor do desenvolvimento*”. E compreende-se que assim seja. Por um lado, o sistema educativo desempenha uma função social de relevância indiscutível, ao ser responsabilizada, cada vez mais em exclusivo, pela socialização de todas as crianças e jovens e pela emissão de títulos e credenciais, cuja repercussão na organização social é de todos conhecida. Por outro lado, a formação e a qualificação geral dos cidadãos constituem um pré-requisito cada vez mais imprescindível em ordem à sua participação social, numa sociedade crescentemente exigente em informação e, sobretudo, em termos de conhecimento. Por outro lado ainda, as formas escolares de educação tendem a prevalecer sobre quaisquer outras, estejam elas inscritas no meio escolar ou longe dele. Ensinar e aprender é ensinar e aprender segundo o modelo escolar. Outras formas de ensino e de aprendizagem, p.ex., no plano da formação profissional de trabalhadores em empresas ou no plano da formação geral de adultos, dificilmente constroem referenciais próprios de ensino e de aprendizagem, caindo com facilidade nos modelos escolares. Finalmente, porque a escola local continua a ser um “serviço local do Estado”

(Formosinho, 1989), fechado sobre si mesmo, inscrito numa poderosa cadeia hierárquica e administrativa, cadeia esta que é a sua principal fonte de poder e de legitimidade.

Mas, como sabemos, o desenvolvimento social é uma dinâmica histórica muito complexa, que não é compatível com a linguagem mecânica dos motores. A escola local que temos diante de nós é, regra geral, a escola hegemónica, uma organização regulada pela e centrada sobre a administração central e o poder do Estado, uma instituição que mais parece, tantas vezes, uma máquina de produção, bem ao modo industrial, de diplomas e de títulos.

A sua incrustação nos territórios faz-se geralmente como uma implantação, de cima para baixo e de fora para dentro, de uma “*catedral de saberes eleitos*”, de modo profundamente autista face às culturas locais. Como é que uma escola enclave pode ser o motor do desenvolvimento? Como é que uma escola que pauta a sua conduta social e afere a sua legitimidade por ser conforme à norma centralmente instituída, uma escola cuja fonte de poder está sobretudo na obediência vertical à hierarquia burocrática estabelecida, como é que uma escola assim pode criar raízes territoriais locais, quando está estruturalmente fechada à participação e ao envolvimento local?

O desenvolvimento local privilegia o entrelaçar dos fios transversais das solidariedades territoriais (Chassagne, 1983) em ordem à mobilização das pessoas e dos recursos, para a prossecução de objectivos e de projectos comuns. É aqui que há-de situar-se o sistema educativo local, escolas, centros de formação, bibliotecas, museus, em interacção com outros esforços em prol do desenvolvimento. Com isto não quero dizer que cada localidade deve ter um tipo de escola diferente, desde

os conteúdos, à organização ou aos métodos de ensino e de formação. Não. De modo algum. No entanto, as escolas localmente situadas também constituem recursos muito valiosos que a comunidade local deve poder mobilizar, com as necessárias adaptações, para o bem-estar colectivo.

A educação não é, por isso, uma variável independente no desenvolvimento. A sua importância em prol do desenvolvimento local, como o provam inúmeros estudos, depende exactamente da sua integração e interacção com outros esforços gerais mobilizados para o mesmo fim, de modo coerente e sustentado.

A refundação local do sistema educativo implicado no desenvolvimento local, preocupação de muitos, constitui pois uma prioridade nacional, começando por ser uma prioridade do desenvolvimento local.

Segunda Reflexão:

A segunda nota de reflexão que gostaria de aqui deixar é mais crítica que a anterior e visa fornecer alguns elementos de distanciamento face a um voluntarismo romântico que prolifera, aqui como noutros países, acerca da participação das instituições educativas públicas no desenvolvimento local. Embora o facto de esta participação se relacionar directamente com as instituições de ensino locais - os seus líderes, os seus professores, a participação dos pais, a acção conjugada com as autarquias-, não será contudo no âmbito local que compreenderemos adequadamente a relação das escolas com as dinâmicas locais de desenvolvimento.

Esta relação contém antes de mais um âmbito mundial e nacional. Mundial na medida em que o modelo moderno de

educação escolar se propagou por todo o mundo de um modo semelhante, como suporte da edificação dos Estados-Nação e como elemento de modernidade. A escola moderna segue um modelo global, um modelo internacionalmente válido para os sistemas educativos organizados nacionalmente, segundo estruturas muito similares, unificadas e sistematizadas.

Qualquer tipo pré-moderno de educação e de instrução e quaisquer particularismos nacionais ou regionais significativos não resistem à relevância mundial dos sistemas escolares. Diferentes países adoptam, sem grande controvérsia internacional, as linhas gerais do modelo de escolarização normalizado, hierarquizado, selectivo, profissionalizado e controlado pelo Estado. Onde o “*progresso*” tem lugar aí está o modelo universal de escolaridade, como uma espécie de condição sine qua non de socialização dos indivíduos e da sua orientação como participantes de uma comunidade nacional.

Em nenhuma parte do mundo o sistema escolar se confunde com uma “*instituição nacional localista*”, como referem Hufner, Meyer e Nauman (1992:347). O modelo cultural em que ele está envolvido e, em geral, a ideologia da modernização expandiram--se e nessa expansão globalizou-se um modelo de educação idêntico em todo o mundo.

Não sendo este o momento para explicitar, relativizar ou desenvolver o modo de construção do sistema educativo mundial, o que quero sublinhar é que qualquer escola local se integra numa construção cultural e histórica, inscrita na longa duração e faz parte de um modelo que se expandiu e continua a expandir em todo o mundo com a força de um sistema educativo mundial. As próprias reformas nacionais antes de constituírem qualquer esforço nacional autónomo e autóctone visam

geralmente adaptar os sistemas escolas nacionais à evolução do próprio sistema educativo mundial.

Desde o pós-Guerra que a este sistema educativo mundial se tem atribuído uma funcionalidade excessivamente acoplada ao desenvolvimento económico. O fim maior dos sistemas escolares nacionais ainda é hoje identificado com a qualificação dos “*recursos humanos*” necessários ao actual estágio de desenvolvimento da economia de mercado, tendo em vista assegurar a competitividade nacional pela mobilização das necessárias qualificações gerais e profissionais dos cidadãos.

O sistema escolar “*loca*” contém, ainda que invisível, tal como um iceberg, uma dimensão que conflitua, em parte escapa e constantemente interfere no próprio modo local de “*ser e estar*” do sistema escolar “*loca*”. Os esforços para aproximar o sistema educativo local da “*realidade*” local devem ter bem presentes os efeitos isomórficos avassaladores e o poder de atracção que sobre ele exerce o sistema educativo mundial, sob pena de nos perdermos em voluntarismos ingénuos que servem para dissipar anos e anos de enérgicas dedicações pessoais e de activa participação social.

A participação da educação-formação-qualificação no desenvolvimento local não se resume, pois, a uma questão local. Deve ser analisada criticamente como uma questão nacional e mundial, tendo em vista discernir-se, em cada local, as dinâmicas de desenvolvimento social nas quais se pode real e realisticamente inscrever uma eficiente participação da educação-formação-qualificação.

É neste contexto que importará decidir-se com todos os riscos e conflitos inerentes, se a orientação predominante a atribuir ao sistema educativo local é o funcionalismo económico ou o

fomento da cidadania responsável ou tão-só o cada um poder tomar em suas mãos o seu destino, como pessoas em movimento, revestidas de dignidade. O que serve e como serve o sistema educativo o desenvolvimento local? A questão tem de se continuar a abrir e é muito cedo para a fecharmos.

Finalmente, e é esta a terceira breve reflexão, talvez seja necessário também, nesta época de acelerada globalização, tanto económica como cultural e até política, re-situar o desenvolvimento local no contexto mais global.

De facto, actualmente as fronteiras do local são o mundo. O global é local e o local é global. Estamos inseridos numa mesma economia aberta e globalizada, a qualquer local do planeta chegam os efeitos da circulação global de dinheiro ou de mercadorias, os produtos culturais globais consomem-se em quase toda a Terra. Um documento sobre o Alentejo que me enviaram da Animar (Programa Alentejo Global, 1993) diz que todos os locais são “glocais”, o que sintetiza esta mesma perspectiva de que já não há locais limitados ao local. Se o local é, como diz um outro documento, “*o espaço socialmente organizado onde as coisas acontecem*”, é preciso termos consciência de que é insuficiente esta abordagem, de que o global é igualmente um espaço socialmente organizado onde as coisas acontecem e que já não vale a pena chorar sobre um local que não existe nem existirá, fechado, autista, velho, ruralento.

Ora, a meu ver, é sobre esta nova realidade que hão-de assentar as dinâmicas de desenvolvimento local, o que requer, desde logo, uma reflexão aturada sobre a globalização e sobre o futuro dos Estados nacionais. É necessário abrir o local a esta integração global para pensar o que acontece localmente, para equacionar localmente o bem-estar das populações, integrando os esforços

em prol do desenvolvimento de um dado território local em interacção com outros territórios locais, distintos e idênticos, em redes densas de interesses, de projectos, de solidariedades, de mundividências.

Por outro , requiere-se valorizar ao mesmo tempo o movimento de estudo e valorização das culturas próprias de cada território local - desde a paisagem, aos mitos, desde os cheiros da comida, às festas - porque essa autognose é essencial como base de sustentação de uma abertura e um diálogo com o diferente, perto ou distante, o nacional e o global. Assim como só é capaz de perguntar quem sabe, assim também só se abre ao exterior e é capaz de construir parcerias e redes mais largas, quem se conhece a si próprio e se sabe afirmar.

A educação-formação-qualificação que temos, em resumo, reúne tantas potencialidades para constituir a pedra de toque de todo o processo de desenvolvimento, como se afirma na reflexão da ESDIME (1997), como reúne de dificuldades e de entraves a que este processo ocorra. Do ponto de vista sistémico até talvez reúna mais limitações do que potencialidades. Em cada território local, as instituições educativas representam mais do que um enorme rol de recursos e oportunidades subaproveitados; quantas vezes actuam em contravapor em relação ao desenvolvimento local de todas as pessoas e da pessoa toda que mora em cada aluno.

Mas quantas vezes também, no seio de conflitos e contradições tamanhas, se estabelecem iniciativas locais de participação activa e inestimável das instituições educativas nos múltiplos processos de animação sociocultural local, de estudo dos problemas locais, de lançamento de canais de comunicação, de estabelecimentos de parcerias socialmente solidárias e regeneradoras, de empreendimento económico e de criação de emprego e de

melhoria gradual das condições de vida.

Caberá aos actores locais, cada vez mais actores mundiais, encontrar e reflectir sobre novos caminhos de mobilização local de todos os recursos disponíveis, para fazer dos seres humanos simultaneamente não só actores, mas também autores no local e no global.

Caberá aos Estados nacionais regular, no plano nacional, estes mesmos caminhos de mobilização local, facilitando a emergência tanto das elites como das oportunidades para todos, condição de qualquer desenvolvimento sustentado em regime democrático. *“É preciso”* como refere a UNESCO, *“assinalar novos objectivos à educação e, portanto, mudar a ideia que se tem da sua utilidade. Esta deveria assentar antes de mais na concepção de educação como processo de revelação do tesouro escondido em cada um de nós”*.